



**Moção aprovada na Assembleia Geral de Sócios de 14 de julho de 2014**

**Reforço da independência do SPGL para participar, com a FENPROF, na construção da unidade com as restantes organizações sindicais para obrigar o Governo a retroceder no ataque aos professores, educadores e investigadores, e no processo de destruição da Escola Pública e da Investigação científica**

Considerando que:

- 1- O Governo está determinado em ir até onde a resistência dos trabalhadores e das populações o permitirem no desmantelamento da Escola Pública e restantes serviços públicos, encerrando, privatizando e destruindo os postos de trabalho e os direitos dos trabalhadores que os asseguram.
- 2- É neste contexto que se insere a insistência no corte dos salários e pensões, a tabela remuneratória única dos trabalhadores em funções públicas, o plano de municipalização do Ensino e os cortes drásticos no Ensino superior e na Investigação científica.
- 3- A municipalização do Ensino não será mais um golpe nos muitos que têm sido desferidos no Ensino Público, mas sim uma transformação na arquitectura do Sistema Nacional de Ensino (que está organizada de acordo com os princípios consignados na Constituição e concretizados na Lei de Bases do Sistema Educativo), um golpe para destruir a Rede pública de Educação e Ensino universais a que o Estado está obrigado, os postos de trabalho e o estatuto profissional dos docentes.

A Assembleia Geral de sócios, convocada para o dia 14 de Julho, decide:

- I - Apoiar todas as iniciativas da Direcção do SPGL e da FENPROF, no sentido de criar as condições para a mobilização nacional que obrigue o Governo a retirar o plano de municipalização do Ensino.
- II - Apoiar igualmente as acções que levem à união com todos os sindicatos da Função Pública para garantir a reposição dos salários e das pensões de aposentação sem cortes, bem como a retirada da nova Tabela remuneratória apresentada pelo Governo.
- III – Apoiar ainda todas as iniciativas que forem no sentido da mobilização unida, com todas as organizações apostadas em defender as conquistas sociais consignadas na Constituição – nomeadamente a Escola Pública, o Serviço Nacional de Saúde e a Segurança Social –, como foi assumido pelas organizações que dirigem a luta dos médicos e como já foi conseguido, num passado recente, pelos professores a partir da FENPROF.